

Assunto: Semana do Júri terá início na segunda-feira	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Editoria: local	Seção: está no diariodepernambuco.com
Página: A4	Data: 12/04/2015

DIÁRIO de PERNAMBUCO

JUSTIÇA

Semana do Júri terá início na segunda-feira

Pernambuco é o estado com o maior número de julgamentos agendados para a II Semana Nacional do Júri, mutirão que se inicia na segunda-feira. O objetivo do Tribunal de Justiça realizar 481 julgamentos até a



SICARDO FERNANDES/IDRIDA PRESS

sexta-feira (17). No estado, Jaboatão dos Guararapes vai realizar a maior quantidade de júris - dez no total.

Assunto: Semana do Júri	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Editoria: local	Seção: diário urbano/Tania Passos
Página: a5	Data: 12/04/2015

DIÁRIO de PERNAMBUCO

Semana do Júri

Pernambuco é o estado que mais agendou júris para a II Semana Nacional do Júri, segundo dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Para a iniciativa no Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) estão programados 481 julgamentos em todo o estado. A mobilização ocorre no período de 13 a 17 de abril.

Assunto: Sossega, Leão	
Veículo: Diario de Pernambuco	
Editoria: Política	Seção: diario político/Marisa Gibson
Página: B2	Data: 11/04/2015

DIARIO de **PERNAMBUCO**

Sossega, leão

Não é a primeira vez que o Poder Judiciário se insurge contra o Executivo devido a possíveis cortes no seu orçamento e, de uma maneira ou de outra, sempre se chegou a uma solução, sem que as partes interessadas tenham chegado a um duelo na Praça da República. Ontem, a OAB/PE se prontificou a mediar um diálogo.

Assunto: Início de governo ainda tumultuado	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: Últimas Notícias	Seção: fogo cruzado/Inaldo Sampaio
Página: 2	Data: 13/04/2015



Início de governo ainda tumultuado

Desde que sentou na cadeira de governador no dia 1º de janeiro deste ano, Paulo Câmara ainda não teve sossego e provavelmente não terá mais. Enfrentou logo nos primeiros dias de governo uma gravíssima crise no sistema penitenciário cuja solução ainda é uma incógnita, a menos que o governo federal entre com uma parte dos custos no complexo prisional de Itaquitinga, orçado em cerca de 350 milhões. Em seguida deparou com a "bomba" da Arena Pernambuco, cujo contrato com o consórcio que a construiu o Estado não vai poder honrar. Logo depois ouviu um "não" de Dilma Rousseff para o aval a um pedido de empréstimo no valor de 1,8 bilhão, embora o Estado tenha capacidade de endividamento. E, para completar o inferno astral, está às voltas com uma greve de professores e em conflito aberto com o Tribunal de Justiça por causa da LOA/2015.

INFERNO
astral de Paulo Câmara teve início com a rebelião no Aníbal Bruno e continua com o mal estar com o Tribunal de Justiça

Assunto: Mandado	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: Últimas Notícias	Seção: fogo cruzado/Inaldo Sampaio
Página: 2	Data: 13/04/2015



■ MANDADO - O Tribunal de Justiça vai reunir hoje a sua Corte Especial (desembargadores mais antigos) para decidir se aceita cortes no seu orçamento ou se entra com mandado de segurança no STJ.

Assunto: Negativa	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: Cotidiano	Seção: Folha da Cidade/Robson Sampaio
Página: 2	Data: 13/04/2015



■ **NEGATIVA** - O Governo de Pernambuco informa que não houve corte no Orçamento do Poder Judiciário. E que o repasse do duodécimo ocorre sem nenhum corte, em todo dia 20 do mês. Mas negou um novo pleito do Judiciário para ampliação dos valores - envolvendo as fontes próprias do Tesouro estadual - diante do atual cenário nacional.

Assunto: Menção ao juiz Luiz Rocha – 1ª Vara de Execuções Penais	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: Política	Seção:
Página: 8	Data: 13/04/2015



Filho de Pedro Corrêa critica a transferência

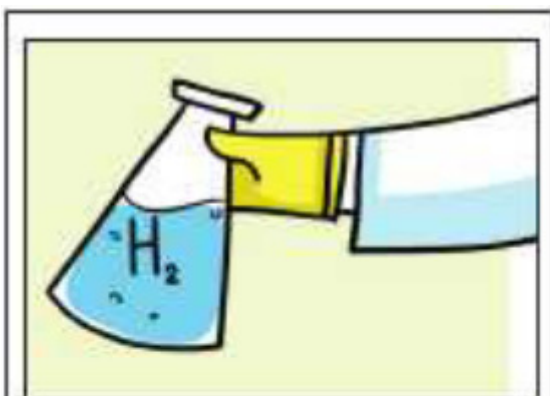
SÃO PAULO (AE) - Alegando a inocência do pai Pedro Corrêa, o advogado Fábio Corrêa criticou a decisão do juiz federal Sérgio Moro, responsável pela operação Lava Jato, de mandar prender o ex-deputado, que, condenado em 2012, cumpre pena desde dezembro de 2013. O juiz federal determinou a transferência de Corrêa para Curitiba (PR), capital em que se concentra a Operação Lava Jato. “Ele já está preso. Não tinha necessidade (de novo mandado de prisão). É o Sérgio Moro querendo aparecer. Qual a necessidade? Prisão preventiva para prevenir o quê? Ele (Moro) gosta de

aparecer na mídia. Ele é o todo poderoso juiz Sérgio Moro. Pega uma pessoa que já está presa, tira de um canto e bota no outro com o dinheiro do Estado. Quem vai pagar é o contribuinte”, disse Fábio, salientando que o pai tem 67 anos, é diabético e hipertenso. O filho de Corrêa também já fez críticas ao juiz Luiz Rocha, da 1ª Vara de Execuções Penais de Pernambuco, por não conceder progressão de regime ao ex-deputado na pena do Mensalão. Corrêa está em regime semiaberto e trabalhava em uma clínica de radiologia no interior do Estado. Segundo o filho, desde fevereiro, o ex-deputado “fica o dia todo dentro do presídio”.

Assunto: Água Limpa	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: Economia	Seção: Folha Econômica/Jamille Coelho
Página: 2	Data: 13/04/2015

FOLHA

DE PERNAMBUCO



■ **ÁGUA LIMPA?** Termina hoje o prazo para que a Compesa analise a qualidade da água nas estações de tratamento da RMR. A determinação é do TJPE. O que não dá para entender é o porquê a própria companhia se fiscaliza. Ser tendenciosa é inevitável, concordam?

Assunto: A queixa vira argumento	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: Política	Seção: Folha Política/Renata Bezerra de Melo
Página: 4	Data: 11/04/2015



A queixa vira argumento

Ao mesmo tempo em que o TJPE queixava-se do Executivo, criticando corte no seu orçamento, ação que foi negada pelo Governo do Estado, o governador Paulo Câmara foi recebido, ontem, em Garanhuns, na porta do Todos por Pernambuco, com manifestação de professores reivindicando que o piso salarial, acordado na semana passada, tenha efeito sobre toda a carreira. O protesto deu-se pela manhã. O dia, no entanto, terminou com a categoria decretando greve a partir da segunda-feira. O governo promete voltar a negociar, mas só quando a paralisação for suspensa. Alega que o “diálogo foi rompido” pelo Sintepe. A última rodada de negociação deu-se, no último dia 30. Em meio à crise, a impossibilidade de atender o magistério passou a ser um argumento forte a favor de Paulo Câmara, diante do impasse com o TJPE, no sentido de grifar que o aperto atinge todos. A greve atingiu o governo bem no tão falado centésimo dia da gestão, que não foi, nem de longe, só de flores.

A GREVE
decretada pelo
Sintepe,
ontem, foi por
tempo
indeterminado

Assunto: A chave do cofre e do...Problema	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: Política	Seção: Folha Política/Renata Bezerra de Melo
Página: 4	Data: 11/04/2015

FOLHA

DE PERNAMBUCO

A chave do cofre e do...

A nota oficial, emitida pela OAB-PE, por meio da qual o presidente da Ordem, Pedro Henrique Reynaldo, se propõe a “equacionar o impasse” entre Executivo e Judiciário, prevê que o Judiciário lance mão “emergencialmente de recursos de fonte

própria de receitas”. Refere-se ao caixa do TJPE, formado por recursos relativos, entre outras fontes, a fundos de cartórios.



■ **...PROBLEMA** - De outro lado, a OAB-PE defende que o Executivo “incremente, já nos próximos exercícios, recursos orçamentários relativos a despesas correntes do TJPE”. Leia-se, tecnicamente: despesas de custeio e pessoal. Seria esse o pano de fundo do embate.

Assunto: Ajuste fiscal é motivo de divergência entre gestores	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: Política	Seção:
Página: 7	Data: 11/04/2015



Bancada fala em discurso de união, mas continua dividida

Ajuste fiscal é motivo de divergência entre gestores

Peu Ricardo/Arquivo Folha



PAULO diz que independência do PSB não o permite pressionar aliados nem adversários

■ **NO DIA 15,**
governadores
nordestinos se
reunirão em Brasília.
Há consenso quanto
as pautas regionais,
mas não sobre ajuste

Após saírem de mãos vazias do encontro com a presidente Dilma Rousseff (PT), no mês passado, os nove governadores do Nordeste se reunirão para garantir a unidade das suas bancadas de deputados em encontro, na próxima quarta-feira, em Brasília. O objetivo é alinhar a atuação dos parlamentares para articular propostas e mudar projetos, de acordo com o impacto que eles possam causar na Região. Os chefes dos executivos estaduais irão propor que as reuniões sejam sistemáticas e que sejam acompanhadas de um monitoramento constante dos assuntos em discussão no parlamento.

dividir a atuação dos governadores em relação às suas bancadas será a aprovação do ajuste fiscal. A medida foi uma condição imposta pela presidente Dilma Rousseff (PT) para liberar novos investimentos para a Região. No entanto, nem todos os gestores seguirão a ordem da petista. Apesar de defender a necessidade de ajustes na economia, o governador Paulo Câmara deixará a bancada pernambucana livre para decidir seu voto e discutir os pontos da matéria.

O governador Paulo Câmara (PSB) avaliou que é preciso unidade da Região para enfrentar o momento de crise. “Precisamos destravar obras que tenham recursos federais e buscar soluções inteligentes, que nos ajudem a continuar a crescer. Mesmo com a crise, somos a Região que mais se desenvolveu nos últimos anos. Por isso, não podemos permitir que mudanças nas regras do jogo prejudiquem nossas finanças. No atual cenário econômico do país, novas perdas significam prejuízo para todo mundo”, disse o gestor, em sua página no Facebook, ontem.

O único ponto que deverá

INDEPENDÊNCIA

A posição de independência do PSB em relação ao governo deixa o gestor ainda mais à vontade para não ter que fazer pedidos ou expor sua bancada de aliados. A situação é diferente da época em que o ex-governador Eduardo Campos articulava com o seu partido a aprovação de projetos federais por estar aliado ao Palácio do Planalto. “O ajuste fiscal é uma preocupação comum a todos, mas não pode ser nossa única bandeira”, de-

clarou Câmara, na rede social.

Posição diferente do gestor deverá ser adotada por governadores como Camilo Santana (Ceará, PT), Rui Costa (Bahia, PT) e Jackson Barreto (Sergipe, PMDB). Eles compõem a base da presidente Dilma Rousseff e já declararam que pedirão o apoio dos parlamentares dos seus Estados para garantir a aprovação do ajuste fiscal.

Folha resume

O encontro dos governadores nordestinos, no próximo dia 15, servirá para afinar o discurso e definir as prioridades, na próxima audiência com a presidente Dilma Rousseff. Mas é certo que a reunião entre os gestores não será fácil. Apesar da vontade de brigar por pautas comuns ao Nordeste, só uma parte defenderá o ajuste.

Saiba mais

NATAL - Além da reunião em Brasília, onde definirão com os parlamentares qual será a pauta possível de levar à presidente Dilma Rousseff, os governadores nordestinos terão um encontro final, e definitivo, marcado para o dia 8 de maio, em Natal.

Assunto: Executivos diz não fez cortes no TJPE	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: Política	Seção:
Página: 7	Data: 11/04/2015



Executivo diz que não fez cortes no TJPE

GOVERNO:
redução se
deve à falta
de repasses
federais

Em resposta ao Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), que na quinta-feira publicou duas notas se queixando de um pretensão de corte no orçamento do Judiciário feito pelo Executivo estadual, o Governo do Estado enviou, ontem, uma segunda nota à imprensa para reafirmar que não houve cortes nos recursos estabelecidos pela Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2015, de Pernambuco, e afirmando que a responsabilidade da redução de repasses pleiteados pelo TJPE estaria na falta de repasses do Governo Federal para o Estado.

O texto enviado pelo Executivo estadual afirma que um montante de R\$ 1,8 bilhões, constantes na

LOA referente a este ano, estava previsto para ser adquirido através de operações de crédito por parte do Governo do Estado. Entretanto, seria necessária, previamente, a autorização do Governo Federal que não teria autorizado nenhum estado da federação a realizar este tipo de operação.

“Para o exercício de 2015, a Lei Orçamentária, aprovada em 2014, previa que R\$ 1,8 bilhão viria de operações de crédito que seriam realizadas pelo Governo do Estado. Neste valor, estão incluídos

recursos para o Poder Judiciário, exclusivos para investimentos, não podendo ser utilizado para outro fim. Essas operações de crédito dependem de autorização do Governo Federal. No entanto, como é de conhecimento público, por causa da crise econômica e financeira nacional, esta necessária autorização não foi concedida ainda a nenhum Estado da Federação”, diz a nota.

Assunto: Apelo ao governador	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: Folha do Leitor	Seção: Cartas
Página: 8	Data: 11/04/2015



Apelo ao governador

■ Sr. governador do Estado de Pernambuco, desde a época do então governador Jarbas Vasconcelos, que a Funape, juntamente com a Procuradoria-Geral do Estado de Pernambuco, vem informando que não efetuaram ainda o pagamento de uma multa impetrada pelo Juiz de Direito da 7a. Vara da Fazenda Pública Estadual porque ainda não teve definição do valor a ser requisitado para pagamento. Foi pedido a agilização nessa análise. Não se justifica o descaso para uma pessoa idosa, cuja ação tramita desde o ano de 1998 e há uma recusa deliberada em dar cumprimento à decisão judicial. Com o governo é assim, os processos arrastam-se por anos. Mas, se fosse um trabalhador multado, a Justiça não agiria com essa morosidade. Cadê a lei a que se deve obedecer?

José Calvino de Andrade Lima -
Campo Grande Recife-PE -
jose.calvino@ig.com.br

Assunto: Menção ao juiz Luiz Rocha – 1ª Vara das Execuções Penais

Veículo: Jornal do Commercio

Editoria: Política

Seção:

Página: 4

Data: 13/04/2015

jornal do  commercio

Defesa descarta delação premiada

LAVA JATO Tanto o filho Fábio quanto o novo advogado de Pedro Corrêa Neto, Michel Saliba, desmentem Clóvis Corrêa. “Quem delata é quem é culpado”, diz Fábio

Da redação com agências

Filho do ex-deputado Pedro Corrêa (PP-PE), o advogado Fábio Corrêa negou ontem que seu pai tenha intenção de fazer delação premiada e disse que o juiz federal Sérgio Moro quer “aparecer” ao determinar a prisão preventiva do parlamentar na semana passada por suposto envolvimento no esquema de corrupção na Petrobras investigado pela Operação Lava Jato. Condenado pelo mensalão, Pedro Corrêa já está preso em Pernambuco há pouco mais de um ano.

No decreto de prisão, consta que o ex-deputado recebeu valores ilícitos do doleiro Alberto Youssef mesmo quando estava sob julgamento no Supremo Tribunal Federal no processo do Mensalão. Ele teria usado contas da nora, de ex-assessores e de um funcionário de sua fazenda para receber recursos desviados da Petrobrás.

Na sexta-feira (10), o advogado Clóvis Corrêa Filho, primo de Pedro Corrêa, afirmou que o aconselhou a fazer delação premiada porque ele “sabe de muita coisa” e que tinha que “contar tudinho”. O filho do ex-deputado negou que o pai tenha essa intenção. “Tio Clóvis, no afã de ajudar o primo dele, fala muita coisa. Pa-



Bobby Fabris/JC Imagem

TRANSFERÊNCIA Viatura com Pedro Corrêa chega ao Cotel

pai não tem nenhuma intenção. Ele não vai fazer delação nenhuma porque não tem nada para delatar. Quem delata é quem é culpado”, disse.

Em nota divulgada na manhã de ontem, o novo advogado de Pedro Corrêa, Michel Saliba, também negou a intenção de firmar acordo de delação premiada.

“A declaração do advogado Clóvis Corrêa, primo de Pedro Corrêa, não reflete o pensamento deste, quer em relação à robustez das provas, eis que Clóvis sequer teve acesso

aos autos, bem como - e principalmente - em relação à possível prática de delação premiada, algo sequer cogitado pelo ex-parlamentar, que afirma ter agido nos limites legais”, disse, em nota, o escritório Saliba Oliveira & Advogados Associados, que passou a defender Pedro Corrêa Neto.

MORO

Além de alegar a inocência do pai, Fábio Corrêa criticou a decisão de Moro de mandar prender o ex-deputado, que, condenado em 2012, cumpre

pena desde dezembro de 2013. O juiz federal determinou a transferência de Corrêa para Curitiba (PR), capital em que se concentra a Operação Lava Jato.

“Ele já está preso. Não tinha necessidade (de novo mandado de prisão). É o Sérgio Moro querendo aparecer. Qual a necessidade? Prisão preventiva para prevenir o quê? Ele (Moro) gosta de aparecer na mídia. Ele é o todo poderoso juiz Sérgio Moro. Pega uma pessoa que já está presa, tira de um canto e bota no outro com o dinheiro do Estado. Quem vai pagar é o contribuinte”, disse Fábio, salientando que o pai tem 67 anos, é diabético e hipertenso.

O filho de Pedro Corrêa também já fez duras críticas ao juiz Luiz Rocha, da 1ª Vara de Execuções Penais de Pernambuco, por não conceder progressão de regime ao ex-deputado na pena do Mensalão.

Pedro Corrêa Neto está em regime semiaberto e trabalhava em uma clínica de radiologia no interior do Estado. Segundo o filho, desde fevereiro, o ex-deputado “fica o dia todo dentro do presídio”.

Alegando perseguição por parte de Luiz Rocha, Fábio Corrêa chegou a cogitar pedir para que o pai fosse transferido para Brasília.

Assunto: OAB dá a dica na crise do TJPE	
Veículo: Jornal do Commercio	
Editoria: Política	Seção: pinga-fogo/ Giovanni Sandes
Página: 4	Data: 12/04/2015

jornal do  commercio

OAB dá a dica...

Na última sexta-feira, em meio ao fogo-cruzado do TJPE com o Executivo de Pernambuco, a Ordem dos Advogados do Brasil no Estado (OAB-PE) divulgou nota em tom conciliatório, para estancar a crise.

na crise do TJPE

O texto tratou o caso com equilíbrio. Nas sugestões, informou que se o TJPE quiser, poderia “lançar mão emergencialmente de recursos de fonte própria de receitas”. Em números, são cerca de R\$ 200 milhões.

Assunto: Artigo - Justiça para os ricos?	
Veículo: Jornal do Commercio	
Editoria: Opinião JC	Seção:
Página: 12	Data: 12/04/2015

jornal do  commercio

Justiça para os ricos?

Dayse de Vasconcelos Mayer

clayse@hotmail.com.br

O Judiciário foi se convertendo, ao longo dos dois últimos séculos, em protagonista de relevo no cenário brasileiro. Chegou a ultrapassar os limites da sua esfera de competência. O direito à saúde, por exemplo, acabou sendo materializado pelas medidas judiciais que hoje permitem ao cidadão obter a tutela imediata do Estado. Fala-se nesse caso em “judicialização da saúde”. Ocorre quando o Judiciário determina, com a desejada celeridade, o fornecimento de lentes para cirurgias de catarata, medicamentos para tratamento de doenças graves, internamento de pacientes graves em unidades de saúde, etc.

Mas há outras ações pouco divulgadas. É o caso do programa Mãe Legal, executado em Pernambuco na área de adoção, e das iniciativas para coibir a corrupção, minimizar a violência contra a mulher, evitar as fraudes fiscais, impor maior celeridade aos processos. Fala-se por isso em “ativismo judicial inquietante”, com o significado de usurpação das funções dos demais poderes. Não é a verdade.

O papel do Judiciário seria mais revigorado se a mídia, na condição de prestadora de serviços privilegiados de informação, estivesse mais próxima desse poder. Mas não se desconhece que há arestas socialmente disfarçadas. Afirma-se que, de forma oculta, a imprensa influencia decisões da Justiça por meio da pressão das massas e que nem sem-

debate: imprensa e Judiciário operam em tempos diferentes. A notícia do jornal é quente, imediata; a do Judiciário é morna, fruto do excesso de cautela ou ponderação.

Seria possível ajustar temporalidades distintas? O Corregedor Geral da Justiça do TJPE tenta oferecer resposta a essa e outras questões. Agendou para o dia 16 de abril uma palestra do ex-ministro, professor e jornalista Walter Costa Porto sobre a relação dialética e contraditória entre a mídia e o judiciário. Será aberta ao público. Ocorrerá no auditório do Fórum Rodolfo Aureliano, 2º andar, às 15h. A imprensa estará presente por meio de profissionais altamente experientes: Ivanildo Sampaio (SJCC); Jô Mazzarolo (TV Globo); Jozil Barros (DP); Leusa Santos (FP). A mediação será do Des. Jorge Américo de Lira.

O evento tem por objetivo intensificar a permuta de experiências e alargar os canais de comunicação entre o Judiciário pernambucano e a mídia local. É mais uma tentativa de possibilitar ao Judiciário a ampliação do diálogo com a sociedade civil, com a triangulação da imprensa. Afinal, a consolidação da democracia não se faz sem a presença de um Judiciário forte e de uma imprensa diligente – ambos no papel de guardiães da transparência, da igualdade e da liberdade de expressão. É preciso sepultar a ideia de que “a justiça só existe para os ricos” e que os pobres são excluídos ou ignorados. É o momento de mudar tal percepção e levar a sociedade a exigir que a Constituição seja efetivamente cumprida.

pre os interesses defendidos pelo jornalismo se harmonizam com os do Judiciário. Mas há um aspecto que pouco se

● **Dayse de Vasconcelos Mayer** é professora universitária

Assunto: OAB-PE pede diálogo entre poderes	
Veículo: Jornal do Commercio	
Editoria: Política	Seção:
Página: 3	Data: 11/04/2015

jornal do  **commercio**

OAB-PE pede diálogo entre os Poderes



Guga Matos/JC Imagem

DINHEIRO Fausto Freitas avalia que não há conflito, o que existe é uma demanda por orçamento

CORTE Discussão
entre Executivo e
Judiciário continua

Ulysses Gadêlha
ugadilha@jc.com.br

Um dia após o Judiciário pernambucano entrar em choque com o governo do Estado, a Ordem dos Advogados do Brasil estadual (OAB-PE) sugeriu a conciliação entre os dois poderes através do diálogo. Para a entidade, os Poderes têm condições de resolver o impasse sem prolongar o desentendimento. Diante da repercussão do caso, o Executivo voltou a negar corte nos recursos e afirmou que foi o Judiciário que pediu ampliação de receita, demanda inviável de ser atendida no momento. O Tribunal de Justiça (TJPE), por sua vez, só irá se pronunciar na segunda-feira (13), quando os 49 desembargadores do Pleno se reúnem.

A OAB-PE se pronunciou através de nota, primando pela criação do Plano de Cargos e Carreiras dos servidores do Judiciário. De acordo com a entidade, o atendimento das reivindicações dos servidores “não encontra amparo nas atuais disponibilidades orçamentárias do TJPE”. “O Judiciário de Pernambuco, ao menos nos últimos 20 anos, vem recebendo repasses orçamentários inferiores às suas necessidades institucionais”.

Apesar disso, a Ordem se disse preocupada com a possibilidade do TJPE desativar comarcas, além de reduzir ou paralisar “os já deficitários serviços jurisdicionais”. “Tais medidas significariam retrocesso inaceitável, por implicar severos prejuízos a toda a sociedade, que já padece com a histórica carência material e pessoal do Poder Judiciário”, avalia a OAB-PE. A entidade relatou que o Estado vem executando regularmente seu orçamento e que o ambiente de crise econômica prejudica a arrecadação tributária, refletindo no não cumprimento de metas fiscais.

O presidente da OAB-PE, Pedro Henrique Reynaldo, acredita em uma solução negociada. Assim, o Judiciário deveria lançar mão emergencialmente de recursos de fonte própria de receitas. E o Executivo deve incrementar, já nos próximos exercícios, receita relativa a despesas correntes do TJPE.

Ex-presidente do TJPE, hoje assessor especial do governo do Estado, Fausto Freitas não acredita que haja crise entre Judiciário e Executivo. “O governo está com pouco dinheiro e o TJPE também. Os dois vão ter que se entender, porque dinheiro não se fabrica. Agora não entendo isso como conflito, porque sempre há demanda por orçamento. Ambos são chefes de poderes que estão encontrando uma forma de resolver seus problemas”, define Freitas.

O governador Paulo Câmara (PSB), além das arestas com o Judiciário, tem que enfrentar uma greve de professores, já que ontem os docentes da rede estadual decretaram greve em assembleia da categoria.

Assunto: A briga histórica do TJPE	
Veículo: Jornal do Commercio	
Editoria: Política	Seção: pinga-fogo/Giovanni Sandes
Página: 4	Data: 11/04/2015

jornal do  commercio

A briga histórica do TJPE

Choca esse confronto aberto, direto e por escrito entre o presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), Frederico Neves, e o governador Paulo Câmara (PSB). Foi um tom tão agressivo usado pelo TJPE que alguém disse, ao observar o cenário, que a marca de cem dias da gestão Paulo, surpreendentemente, teve o Judiciário no papel de principal força de oposição ao governo.

Não é uma leitura político-partidária, mas a respeito do peso institucional de ter o Judiciário em conflito declarado com o Executivo. Frederico Neves, por notas, expôs uma briga institucional no início da gestão de Paulo. Por mais que toda e qualquer crise uma hora acabe, que mais na frente esse episódio não tenha a mínima relevância, o TJPE fez história ao tornar público esse confronto do Judiciário com o Executivo de Pernambuco, o primeiro em 16 anos.

A última vez que um conflito dessa magnitude entre o governo e o TJPE ganhou a mídia foi em 1999, no início da gestão Jarbas Vasconcelos (PMDB), não à toa pelo mesmo motivo: dinheiro.

Jarbas assumiu o Estado com problemas de caixa, após o governo Miguel Arraes, e determinou uma redução do duodécimo, o repasse para o Judiciário. Como Frederico agora, o então presidente do TJPE, Etério Galvão, partiu para o confronto público. A diferença é que o duodécimo hoje está em dia. O Tribunal quer fazer obras. Sem aceitar um não.

Assunto: Judiciário nega ter pedido mais	
Veículo: Jornal do Commercio	
Editoria: Política	Seção: pinga-fogo/Giovanni Sandes
Página: 4	Data: 11/04/2015

jornal do  commercio



O Tribunal de Justiça de Pernambuco diz que não pediu R\$ 100 milhões a mais e sim que o Estado prometeu enviar R\$ 103 milhões para obras. Como na época de Etério Galvão, garante ter reduzido os gastos de custeio. Lembra até que desistiu da PPP da nova sede, obra que custaria R\$ 1,7 bilhão, mais R\$ 2 bilhões para operação e manutenção por 30 anos.

Assunto: É “inferno astral” do governador...	
Veículo: Jornal do Commercio	
Editoria: Política	Seção: pinga-fogo/Giovanni Sandes
Página: 4	Data: 11/04/2015

jornal do  commercio

É “inferno astral” do governador...

O inferno astral de Paulo no dia cem teve Imip confirmando atraso de salários por falta de pagamento, crise com o TJPE e greve.

Assunto: Menção a 7ª Vara da Fazenda Pública estadual	
Veículo: Jornal do Commercio	
Editoria: Voz do Leitor	Seção:
Página: 13	Data: 11/04/2015

jornal do  commercio

Demora para pagar multa

Desde a época do governador Jarbas Vasconcelos que a Funape, juntamente com a Procuradoria-Geral do Estado de Pernambuco, informam que não efetuaram ainda o pagamento de uma multa impetrada pelo juiz de Direito da 7ª Vara da Fazenda Pública Estadual, porque ainda não tiveram definição do valor a ser requisitado para pagamento.

Foi pedida a agilização dessa análise. Não se justifica o descaso com uma pessoa idosa. A ação tramita desde 1998 e há uma recusa deliberada em dar cumprimento à decisão judicial. Se fosse um trabalhador multado, a Justiça não agiria com essa morosidade.

☞ **José Calvino de Andrade**
Lima jose.calvino@ig.com.br

Assunto: Depoimentos de desembargadores do TJPE

Veículo: Jornal do Commercio

Editoria: Cidades

Seção:

Página: 5

Data: 11/04/2015

jornal do  commercio



PASSEATA Entidades contrárias à redução da maioridade penal ocuparam, ontem à tarde, as ruas do Centro do Recife. Elas pediram que parlamentares pernambucanos votem contra o projeto

Menos paixão e mais razão

MAIORIDADE PENAL Apesar da sensação de impunidade, dados apontam que índice de crimes praticados por jovens é pequeno

Clara Carvalho
caracalves@gmail.com

A polêmica em torno da redução da maioridade penal ganhou fôlego após o sinal verde do Congresso, no final do mês passado, defendendo a constitucionalidade da mudança da lei. Mas quem lida com o tema da infância e juventude em Pernambuco faz um alerta de que é preciso discutir o tema com menos paixão e mais razão. A principal arma, nesse caso, é a informação. Segundo dados da Secretaria Nacional de Segurança Pública, ligada ao Ministério da Justiça, os jovens entre 16 e 18 anos são responsáveis por menos de 0,9% dos crimes praticados no País. Se forem considerados os homicídios e tentativas de homicídio, esse número cai para 0,5%. O problema é a sensação de impunidade que existe, sobretudo, nos casos de maior repercussão envolvendo adolescentes infratores. É, em geral, em torno desses crimes que se constroem os principais argumentos em favor da redução penal.

Contrário à mudança na legisla-

ção, o desembargador Luiz Carlos Figueiredo considera legítimas as ponderações feitas pelos dois lados. "É compreensível que a sociedade queira se sentir mais segura, queira ver o criminoso, seja ele de que idade for, pagando pelo crime que cometeu. A questão é que reduzir a idade penal não vai significar a diminuição da criminalidade. Atenderá apenas a um desejo imediato de vingança privada. A longo prazo, isso significará uma explosão da violência", afirma, baseado em 20 anos atuando nas varas de infância e juventude.

O magistrado recorre às estatísticas de reincidência criminal para explicar porque a redução teria um efeito inverso ao que se propõe. "Hoje, com todas as falhas, o sistema de ressocialização de jovens infratores tem uma taxa de reincidência em torno de 20% a 30%. Quando se observa as medidas em meio aberto, como a liberdade assistida, esse percentual cai para 10%. Ou seja, 90% não volta a delinquir. Já no sistema prisional de adultos, a reincidência é superior a 50%. Na prática, o que vamos fazer é zerar as chances que ainda existem

Sinal verde dado pelo Congresso, no mês passado, reacendeu a polêmica em torno da redução

de ressocialização desses jovens jogando-os num modelo completamente falido", observa o desembargador.

O promotor da Infância e Juventude do Recife, Josenildo Santos, chama atenção para outra questão. Ele diz que a grande maioria dos adolescentes que se envolvem em atos infracionais está ligada ao tráfico de drogas e a pequenos delitos, como furto. "Homicídios, latrocínios e estupro representam um percentual baixíssimo. Se reduzirmos a idade penal pensando nas exceções vamos comprometer o futuro e as possibili-

dade de uma geração inteira de jovens", argumenta.

Um dos poucos magistrados com atuação nessa área que se posicionam favoráveis à redução penal, o desembargador Bartolomeu Bueno recorre ao argumento da maturidade física e da capacidade de compreensão para justificar a mudança na lei. "Qualquer pessoa de 16 anos tem condições de entender seu ato criminoso. Houve uma evolução da sociedade e o adolescente hoje tem plena consciência dos atos que pratica. Não podemos ficar sujeitos a essa inimizabilidade, expondo a sociedade a crimes graves e sem punição", afirma.

A instrumentalização de adolescentes por criminosos maiores de 18 anos é outro argumento usado pelo desembargador para defender a redução da maioridade. "As quadrilhas se aproveitam dessa condição para agirem livremente. Basta atribuir o crime a um jovem infrator e a impunidade está garantida", avalia. Ele pondera, no entanto, que, caso o Brasil aprove a medida, poderá sofrer um repúdio internacional, já que o

País é signatário de convenções internacionais que proíbem a redução da idade penal. "O próprio Congresso ratificou essa convenção. Precisariamos encontrar caminhos legais, do ponto de vista do direito jurídico internacional, para nos adequarmos a essa nova legislação", explica Bartolomeu Bueno.

Ontem, à tarde, entidades contrárias à redução da maioridade penal e ao aumento do tempo de internação de adolescentes infratores fizeram uma passeata pelas ruas do Centro do Recife. A mobilização foi organizada pelo Conselho Municipal de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente da capital (Comdica). Pela manhã, os manifestantes também entregaram uma carta aos parlamentares que representam Pernambuco no Congresso Nacional, pleiteando a votação contra os projetos.

Mais na web

Veja galeria de fotos da passeata contra a redução da maioridade penal, no www.jconline.com.br/cidades



Pela primeira vez, há uma supremacia do pensamento conservador no Congresso Nacional e isso desequilibrou o jogo, criando chances reais de aprovação da redução penal. Se isso acontecer, será um grave retrocesso. Os países que reduziram estão sendo obrigados a rever essa decisão porque não houve recuo da criminalidade, e sim um aumento”, **argumenta o desembargador Luiz Carlos Figueiredo**



Houve uma evolução do ser humano e qualquer jovem hoje de 16 anos tem plena consciência do que é certo e errado. Ele sabe as consequências de um ato criminoso. Não podemos ficar sujeitos a essa inimizabilidade. Quem se vale disso são os criminosos maiores de 18 anos que usam esses adolescentes para continuarem impunes. O meu sistema é o da proteção da sociedade, **afirma o desembargador Bartolomeu Bueno**

No mundo, a maioria dos países adota os 18 anos como o início da maioridade penal



Pais	Responsabilidade penal juvenil	Maioridade penal	Observação
Alemanha	14 anos	18/21 anos	☉ De 18 a 21 anos o sistema alemão admite o que se convencionou chamar de sistema de jovens adultos, no qual mesmo após os 18 anos, a depender do estudo do discernimento podem ser aplicadas as regras do Sistema de justiça juvenil. Após os 21 anos a competência é exclusiva da jurisdição penal tradicional.
Argentina	16 anos	18 anos	☉ O Sistema Argentino é Tutelar. A Lei N° 23.849 e o Art. 75 da Constitución de la Nación Argentina determinam que, a partir dos 16 anos, adolescentes podem ser privados de sua liberdade se cometerem delitos e podem ser internados em penitenciárias.
Chile	14/16 anos	18 anos	☉ A Lei de Responsabilidade Penal de Adolescentes chilena define um sistema de responsabilidade dos 14 aos 18 anos, sendo que em geral os adolescentes somente são responsáveis a partir dos 16 anos. No caso de um adolescente de 14 anos autor de infração penal a responsabilidade será dos Tribunais de Família.
China	14/16 anos	18 anos	☉ A Lei chinesa admite a responsabilidade de adolescentes de 14 anos nos casos de crimes violentos como homicídios, lesões graves intencionais, estupro, roubo, tráfico de drogas, incêndio, explosão, envenenamento, etc. Nos crimes cometidos sem violências, a responsabilidade somente se dará aos 16 anos.
Espanha	12 anos	18/21 anos	☉ A Espanha também adota um Sistema de Jovens Adultos com a aplicação da Lei Orgânica 5/2000 para a faixa dos 18 aos 21 anos.
França	13 anos	18/21 anos	☉ Os adolescentes entre 13 e 18 anos gozam de uma presunção relativa de irresponsabilidade penal. Quando demonstrado o discernimento e fixada a pena, nesta faixa de idade haverá uma diminuição obrigatória. Na faixa de idade seguinte (16 a 18) a diminuição fica a critério do juiz.
Inglaterra e Países de Gales	10/15 anos*	18/21 anos	☉ Embora a idade de início da responsabilidade penal na Inglaterra esteja fixada aos 10 anos, a privação de liberdade somente é admitida após os 15 anos de idade. Isto porque entre 10 e 14 anos existe a categoria Child, e de 14 a 18 Young Person, para a qual há a presunção de plena capacidade e a imposição de penas em quantidade diferenciada das penas aplicadas aos adultos. De 18 a 21 anos, há também atenuação das penas aplicadas.
Portugal	12 anos	16/21 anos	☉ Sistema diferenciado de jovens adultos até 21 anos.
Venezuela	12/14 anos	18 anos	☉ A Lei 5266/98 incide sobre adolescentes de 12 a 18 anos, porém estabelece diferenciações quanto às sanções aplicáveis para as faixas de 12 a 14 e de 14 a 18 anos. Para a primeira, as medidas privativas de liberdade não poderão exceder 2 anos, e para a segunda não será superior a 5 anos.

Assunto: O orçamento virou fiado	
Veículo: Jornal do Commercio	
Editoria: Economia	Seção: JC Negócios/Fernando Castilho
Página: 2	Data: 11/04/2015

jornal do  commercio

O orçamento virou fiado

É surpreendente o tom da troca de notas entre os poderes Executivos e Judiciário de Pernambuco, mas com todo respeito aos senhores magistrados, uma conversa do secretário da Fazenda com um assessor financeiro do presidente do TJPE seria suficiente para mostrar, em cima de números, que o caixa do governo de Pernambuco sofre, hoje, daquilo que o ex-secretário e ex-ministro da Fazenda Gustavo Krause chama de “inadequência do pagamentável”. Não tem verba para pagar o leite do café.

Uma coisa que pouca gente sabe, mas que resume a situação das contas do Estado em termos de captação de recursos ex-orçamentários, as chamadas transferências voluntárias e os empréstimos. A secretária do Tesouro Nacional ainda não recebeu os representantes da Fazenda de Pernambuco. Isso quer dizer o seguinte: o que o Estado vai pleitear em termos de verbas de possíveis empréstimos novos não foi sequer apresentado ao Ministério da Fazenda.

Esse quadro mostra como a tramitação ali é zero. Não dá para conversar porque o destinatário não recebeu o documento. Na boca do caixa, o Estado de Pernambuco está vivendo da arrecadação do ICMS e do que a União manda porque é obrigada por lei, o que explica seu apego ao que foi aprovado para o Poder Judiciário no orçamento. Então surpreende o tom das notas decorridos após apenas 100 dias de governo. Troca de acusações entre líderes do governo e da oposição são naturais. Entre chefes de poderes, revela que houve uma sucessão de mal entendidos.

Assunto: Servidores da Justiça fazem nova paralisação , em meio à crise do Executivo com Judiciário	
Veículo: Blog de Jamildo	Data: 13/04/2015
Editoria:	Seção:



poderes

Servidores da Justiça fazem nova paralisação, em meio à crise do Executivo com Judiciário



Otávio Macário, do Sindijud, cobra uma posição do TJPE. Foto: Marcela Balbino/BlogImagem.

Nos últimos dias, os poderes Executivo e Judiciário iniciaram um embate em Pernambuco. A queda de braço teve início quando o Tribunal de Justiça (TJPE) acusou, por meio de nota, que o governo do Estado fez um “corte expressivo” no orçamento. Em meio a este cenário, os servidores do TJPE iniciam nova onda de paralisação a partir da próxima segunda-feira (13).

Considerada “greve branca”, o ato deve durar 72 horas. Serão executadas, apenas, liminares urgentes, como despachos de presos, casos de pensão alimentícia e de saúde.

Desde o dia 11 de fevereiro, os servidores fazem paralisações semanais, como forma de exigir a implementação de sua progressão funcional. O projeto foi apresentado desde o começo de fevereiro pela presidência do próprio TJPE.



Servidores do TJPE protestam em frente ao Fórum Rodolfo Aureliano. Foto: Marcela Balbino/BlogImagem.

Mas, em resposta aos servidores, a presidência do TJPE fala em falta de recursos para conceder a progressão salarial.

Está marcada para segunda-feira (13) sessão do pleno do TJPE para discutir a questão orçamentária. A convocação extraordinária tem início às 10h, no Palácio da Justiça e deve reunir o pleno dos desembargadores.

Entre os temas discutidos no encontro está o plano de progressão salarial. Desse modo, os servidores farão um ato em frente ao Palácio para esperar definições da presidência.

“Nosso plano foi apresentado pela presidência e aprovado pelo pleno do tribunal a reserva do orçamento, mas a progressão não vem ocorrendo, por conta da indefinição do orçamento”, explicou o presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco (Sindjud), Eliseu Magno.

“Temos a expectativa que a crise entre o governo e a Justiça seja solucionada e os recursos para o nosso projeto sejam viabilizados”, ponderou o representante da categoria.

O projeto original, caso tivesse sido implantado em janeiro, sairia por R\$ 51 milhões. Hoje, se não for dado retroativo, estará na casa dos R\$ 30 milhões. “A proposta que o pleno apresentou contemplava R\$ 51 milhões, mas ela vai baixando à medida que passam os meses. As dificuldades financeiras afetam sempre a parte mais fraca, no caso os servidores”, criticou o presidente.

Atualmente, são sete mil servidores no TJPE. Na quarta-feira (15), os servidores planejam nova caminhada em direção ao Palácio do Campo das Princesas, às 15h.

JUDICIÁRIO X EXECUTIVO – Na quinta-feira (9), o TJPE divulgou uma nota acusando o governo estadual de fazer um corte expressivo no orçamento do Judiciário. De acordo com a assessoria do tribunal, o orçamento definido para este ano foi R\$ 1,39 bilhões, mas houve um corte de R\$ 103 milhões e antes já haviam tirado outros R\$ 56 milhões da proposta de orçamento aprovada pelo pleno do TJPE, que correspondia a R\$ 1,43 bilhão.

Assunto: Greve branca dos guardas municipais de Jaboatão é declarada ilegal	
Veículo: Blog de Jamildo	Data: 13/04/2015
Editoria:	Seção:



mundo do trabalho

Greve branca dos guardas municipais de Jaboatão é declarada ilegal

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) declarou ilegal greve branca dos guardas municipais de Jaboatão dos Guararapes desde a última sexta-feira (10/04). Embora eles nunca tenham declarado uma paralisação abertamente, quase a totalidade dos 290 guardas efetivos estava cumprindo expediente apenas interno, sem comparecer aos seus postos de trabalho.

O Tribunal então entendeu a situação como estado de greve e considerou-a ilegal, determinando a volta imediata dos trabalhadores às suas atividades normais.

O procurador geral do município, Henrique Leite, explicou que eles camuflaram a greve em uma suposta “operação padrão” ao realizar o trabalho interno. Entretanto, ao não comparecer aos seus postos eles estariam na verdade atendendo a uma recomendação do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais do Jaboatão dos Guararapes (SINSMUJG).

“Os guardas simplesmente foram conclamados pelo sindicato para não irem para seus postos de trabalho, e sim ficarem dentro da sede da gerência da guarda, como se estivessem trabalhando. Mas na verdade eles não estavam prestando serviço, porque o trabalho deles é no posto de trabalho, prestando segurança em escolas, postos de saúde e prédios da Prefeitura, por exemplo”, explicou.

O município então ingressou com uma medida judicial explicando a situação ao TJPE.

O Tribunal então deferiu o pedido, considerando o dano de uma paralisação total da categoria, pois trata-se de um serviço essencial. Caso a determinação de volta imediata ao trabalho seja descumprida, deverá ser paga uma multa de R\$ 10 mil por dia.

O procurador salientou que a Prefeitura continuará em negociação com os guardas municipais por meio do sindicato e que não medirá esforços para atender, dentro do possível, as reivindicações dos servidores a respeito de reajuste salarial e melhorias nas condições de trabalho.

Assunto: Só com copeiragem e garçons TJPE vai gastar mais de R\$ 1,2 milhão	
Veículo: Blog de Jamildo	Data: 13/04/2015
Editoria:	Seção:



serviços especializados

Só com copeiragem e garçons TJPE vai gastar mais de R\$ 1,2 milhão

Há quatro dias, a publicação de um edital de licitação pelo TJPE, causou revolta entre os servidores do poder Judiciário. O presidente do TJPE, Frederico Neves, não havia entrado em rota de coalizão ainda com o governador Paulo Câmara.

Objeto do pregão eletrônico nº 43/2014 era a contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços, de forma contínua, de Copeiragem e Garçom, a serem executados nas unidades judiciárias no âmbito do Estado de Pernambuco, de acordo com as especificações, quantidades e exigências contidas no Termo de Referência e demais anexos.

A pregoeira Maria Celeste Alves Pereira, em 06 de abril, declarou vencedora a empresa INOVE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS EIRELI – EPP – CNPJ nº 12.778.433/0001-51, no valor global anual de R\$ 1.218.855,96 (um milhão duzentos e dezoito mil oitocentos e cinquenta e cinco reais e noventa e seis centavos). “O TJPE, sem qualquer pudor, elege suas prioridades”, reclama um servidor do órgão.

Assunto: Em nota oficial, OAB pede entendimento entre Paulo Câmara e TJPE	
Veículo: Blog de Jamildo	Data: 13/04/2015
Editoria:	Seção:



crise entre poderes

Em nota oficial, OAB pede entendimento entre Paulo Câmara e TJPE

A Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Pernambuco, através de sua diretoria e “ad referendum” do seu Conselho Estadual, vem a público se manifestar a respeito do impasse observado entre os serventuários da justiça estadual, em seu legítimo pleito de implantação de Plano de Cargos e Carreiras, e a direção do Tribunal de Justiça de Pernambuco, o que faz através da presente:

A valorização dos servidores do Poder Judiciário estadual é pressuposto essencial à boa prestação dos serviços jurisdicionais, se mostrando de grande importância a implantação de um Plano de Cargos e Carreiras, como forma de desenvolver e reter talentos profissionais em sua estrutura, que atualmente é menos atrativa do que outras congêneres, integrantes dos quadros funcionais do Ministério Público de Pernambuco, da Justiça e do Ministério Público Federais, do Tribunal Regional Federal, etc;

O atendimento das reivindicações dos servidores da justiça estadual não encontra amparo nas atuais disponibilidades orçamentárias do TJPE, previstas para despesas com pessoal, o que ensejou o movimento paredista iniciado há um mês pelo Sindicato e Associação dos Servidores, que vêm realizando paralisações de advertência por dois dias em cada semana;

O Poder Judiciário do Estado de Pernambuco, ao menos nos últimos 20 (vinte) anos, vem recebendo repasses orçamentários inferiores às suas necessidades institucionais e percentualmente menores quando comparados aos demais Tribunais estaduais do país;

Por outro lado, não se há de ignorar o ambiente de crise que o país enfrenta no corrente ano, com inevitáveis reflexos na queda da atividade econômica e, conseqüentemente, na arrecadação tributária, dificultando o alcance das metas fiscais planejadas por todos os gestores públicos para este exercício;

Em tais circunstâncias, ganha especial relevância o dever que pesa sobre todos os gestores públicos de definir e concretizar suas prioridades de acordo com suas efetivas disponibilidades orçamentárias.

A despeito do cenário adverso, informações oficiais dão conta de que o Estado de Pernambuco, através do Poder Executivo, vem executando regularmente seu orçamento, inclusive, repassando os duodécimos devidos aos demais Poderes na forma prevista na lei orçamentária em vigor;

Neste contexto, a advocacia pernambucana recebeu com grande preocupação a nota divulgada ontem (09/04/2015) pelo TJPE, sobretudo, quando se refere à possibilidade de se solucionar a questão promovendo-se a desativação de Comarcas, ao lado da redução ou paralisação dos já deficitários serviços jurisdicionais.

Tais medidas significariam retrocesso inaceitável, por implicar severos prejuízos a toda a sociedade, que já padece com a histórica carência material e pessoal do Poder Judiciário, agravada, no momento, pelo movimento paredista dos servidores; Desdobramentos dessa ordem, inadmissíveis por parte da sociedade civil e certamente indesejados por parte dos Poderes Públicos, precisam ser evitados e, para tanto, reclamam atitudes concretas e urgentes de todas as instituições diretamente envolvidas.

A partir de tratativas diretas com os Chefes do Poder Judiciário e do Poder Executivo de Pernambuco, o Presidente da OAB/PE constatou existirem condições para se equacionar o impasse, mediante negociação conjunta, a exigir, do lado do Judiciário, a perspectiva de lançar mão emergencialmente de recursos de fonte própria de receitas e, por parte do Executivo, a consideração de incrementar, já nos próximos exercícios, os recursos orçamentários relativos a despesas correntes do TJPE, além da transigência que o reconhecido espírito público dos servidores fará prevalecer;

A OAB/PE, ao tempo em que reafirma a confiança na postura responsável e republicana dos Poderes Públicos e dos serventuários da Justiça, conclama todos à intensificação do diálogo como único caminho para solucionar o impasse, colocando-se uma vez mais à disposição para contribuir da forma que se fizer necessária.

Assunto: Sem dinheiro para ajudar TJPE, Paulo Câmara faz projeto de lei sobre ICMS para ajudar a Fiat

Veículo: Blog de Jamildo

Data: 13/04/2015

Editoria:

Seção:



benefícios fiscais

Sem dinheiro para ajudar TJPE, Paulo Câmara faz projeto de lei sobre ICMS para ajudar a Fiat

Projeto de Lei Ordinária N° 127/2015

Ementa: Revoga a Lei nº 13.891, de 19 de outubro de 2009, que reduz a base de cálculo do ICMS incidente nas operações interestaduais com veículos automotores novos nacionais ou importados, promovidas por estabelecimento industrial ou comercial atacadista de veículos.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

DECRETA:

Art. 1º Fica revogada a Lei nº 13.891, de 19 de outubro de 2009, que reduz a base de cálculo do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS incidente nas operações interestaduais com veículos automotores novos nacionais ou importados, promovidas por estabelecimento industrial ou comercial atacadista de veículos.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de abril de 2015.

**PALÁCIO DO CAMPO DAS PRINCESAS,
em 9 de abril de 2015.**

PAULO HENRIQUE SARAIVA CÂMARA
Governador do Estado

Por Laerte Pinheiro, especial para o **Blog de Jamildo**

Sem alarde, o governador Paulo Câmara (PSB) protocolou nesta quinta-feira (09), na Assembleia Legislativa, projeto de lei para revogar a Lei 13.891, de 2009.

Esta lei concede uma renúncia tributária de ICMS para os estabelecimentos atacadistas de automóveis que movimentem veículos novos na fronteira do Estado.

Em linguagem mais simples, é um benefício tributário para as concessionárias e revendas de automóveis pagarem menos ICMS ao importarem veículos zero de outros Estados.

Paulo Câmara quer revogar este benefício, forçando as concessionárias e revendas a pagarem o valor integral do ICMS, mas vai continuar isentando os veículos da Fiat de pagarem o imposto na totalidade.

A fábrica da Fiat em Pernambuco é beneficiada pela Lei 13.484, de 2008, que contém benefícios semelhantes, mas não vai ser revogada, por decisão do governador.

Na justificativa do projeto, é dito que este tratamento diferenciado é uma decisão de “política tributária”, considerando “a iminente instalação de unidade industrial de veículos neste Estado, com previsão de início de atividades no primeiro semestre de 2015”.

Na prática, os veículos da Fiat, quando chegarem para ser revendidos nas concessionárias e revendas de carros zero em Pernambuco, vão pagar menos ICMS que os carros de outras marcas.

O governador está com pressa em resolver este problema para a Fiat, pois pediu que a Assembleia adotasse o regime de urgência no projeto de lei.

Garanhuns e estradas

Nesta sexta, o governador Paulo Câmara entregou, nesta sexta-feira (10), o acesso de Garanhus ao distrito de São Pedro. Com um investimento de R\$ 7 milhões, a intervenção contemplou a implantação e pavimentação de um trecho de cinco quilômetros de extensão. Após a inauguração, o governador retornou ao Todos por Pernambuco, que hoje está sendo realizado no município.

Ontem, Paulo autorizou a retomada da duplicação de um trecho de 12 quilômetros da PE-160, estrada que faz a ligação entre Santa Cruz do Capibaribe e o distrito de Pão de Açúcar. Na última semana, o chefe do Executivo pernambucano já havia autorizado a restauração da PE-103, entre Bonito e Bezerros. Câmara também vistoriou a recuperação da PE-095, em Passira – a via liga Limoeiro a Caruaru.

“Vamos seguir implantando estradas e melhorando as rodovias do nosso Estado. Com isso, aumentaremos a segurança e vamos diminuir o tempo de descolamento entre os municípios, impulsionando as economias locais”, destacou Paulo Câmara.

MENSAGEM Nº 30/2015

Recife, 9 de abril de 2015.

Senhor Presidente,

Submeto à apreciação dessa Casa o anexo Projeto de Lei, que tem por objetivo revogar a Lei nº 13.891, de 19 de outubro de 2009, que reduz a base de cálculo do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS incidente nas operações interestaduais com veículos automotores novos nacionais ou importados, promovidas por estabelecimento industrial ou comercial atacadista de veículos.

A presente proposição, que revoga os benefícios previstos na Lei nº 13.891, de 2009, reflete decisão de política tributária cujo objetivo é eliminar a incompatibilidade existente entre os citados benefícios e aqueles estabelecidos na Lei nº 13.484, de 29 de junho de 2008, que institui o Programa de Desenvolvimento do Setor Automotivo do Estado de Pernambuco – PRODEAUTO, cuja finalidade é atrair e fomentar investimentos no setor automotivo e no correspondente aos respectivos insumos e componentes, mediante concessão de incentivos fiscais na área do ICMS para os estabelecimentos industriais e comerciais atacadistas de veículos nacionais ou importados.

Desse modo, considerando-se a iminente instalação de unidade industrial de veículos neste Estado, com previsão de início de atividades no primeiro semestre de 2015, faz-se indispensável revogarem-se os benefícios previstos na Lei nº 13.891, de 2009, sob pena de perda significativa de arrecadação do ICMS, com grave prejuízo para os cofres estaduais.

Na certeza de contar com o indispensável apoio para apreciação deste Projeto, aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência e ilustres Deputados protestos de elevado apreço e distinta consideração, solicitando a adoção do regime de urgência previsto no art. 21 da Constituição do Estado.

**PALÁCIO DO CAMPO DAS PRINCESAS,
em 9 de abril de 2015.**

PAULO HENRIQUE SARAIVA CÂMARA
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado GUILHERME UCHÔA
DD. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de
Pernambuco
NESTA

Assunto: Duodécimo do Judiciário estadual	
Veículo: Blog do Magno Martins	Data: 13/04/2015
Editoria:	Seção:



Coluna do sábado

Aumento de servidor – Em relação à grita do Judiciário por mais recursos, sob a alegação de que o Estado cortou orçamento, o que se comenta é que o intuito é cobrir os gastos com reajuste de servidores daquele poder. “Nenhum Estado está dando aumento a qualquer categoria”, alega um secretário estadual, adiantando que o governador tem passado o duodécimo do Judiciário religiosamente em dia, com base no orçamento aprovado.

Assunto: Paulo diz que não cortou um centavo do Judiciário	
Veículo: Blog da Folha	Data: 13/04/2015
Editoria:	Seção:



Paulo diz que não cortou um centavo do Judiciário



O governador Paulo Câmara (PSB) disse, há pouco, em Garanhuns, que não cortou um centavo do orçamento do Judiciário, que vem mantendo os repasses mensais em dia. “Estamos cumprindo uma lei orçamentária, que o estipula o valor do duodécimo”, afirmou. Para este ano, segundo ele, a Lei Orçamentária, aprovada em 2014, previa que R\$ 1,8 bilhão viria de operações de crédito realizadas pelo próprio Estado, e que seriam inclusos, nesse valor, recursos para o Poder Judiciário, exclusivamente para investimentos.

“Essas operações de crédito dependem de autorização do Governo Federal, mas, devido à crise econômica nacional, essa autorização ainda não foi concedida a nenhum Estado da Federação”, alegou o governador, ressaltando que o Judiciário também pediu um aumento de R\$ 58 milhões a mais em relação ao orçamento de 2014.

"Este ano, o Governo recebeu um novo pleito do Judiciário para ampliação dos valores - envolvendo as fontes próprias do Tesouro estadual - estabelecidos na Lei Orçamentária em vigor”, ressaltou, referindo aos R\$ 58 milhões. Câmara disse que respeita o poder Judiciário, tem uma com ele uma relação harmônica, mas não pode atender ao aumento.

“O Governo está aberto ao diálogo e com a disposição de continuar a verificar, conjuntamente, alternativas ao pleito apresentado”, assinalou. Em nota, ontem, o Tribunal de Justiça denunciou que a definição do orçamento para 2015 foi de R\$ 1,39 bilhão, mas R\$ 159 milhões foram cortados pelo governador.

O que circulou, hoje, em Garanhuns, é que o Judiciário está colocando a faca no pescoço do Governo por que tem um compromisso com aumento de servidores. “Mas nenhum Estado da Federação está podendo dar aumento”, alegou uma fonte palaciana, acrescentando que o Judiciário em Pernambuco tem ainda em caixa R\$ 200 milhões, mas para investimentos.

Assunto: TJPE confronta Paulo sobre cortes no orçamento	
Veículo: Blog da Folha	Data: 13/04/2015
Editoria:	Seção:



TJPE confronta Paulo sobre cortes no orçamento



No dia em que completa 100 dias de gestão, o governador Paulo Câmara (PSB) se vê diante de outra crise após problemas com sindicato dos professores e policiais. O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) enviou uma nota à imprensa reclamando do Poder Executivo devido a um "corte expressivo" no orçamento do Poder Judiciário. Nos bastidores, a informação é de que o presidente do TJPE, desembargador Frederico Neves, está bastante insatisfeito com a postura do socialista, principalmente após a reunião que os dois tiveram ontem.

De acordo com informações do TJPE, o orçamento definido para este ano foi R\$ 1,39 bilhão. Houve um corte de R\$ 103 milhões e antes já haviam sido cortados outros R\$ 56 milhões da proposta de orçamento aprovada pelo Pleno do tribunal, que era de R\$ 1,43 bilhão.

A presidência do TJPE convocou uma sessão extraordinária do Pleno para a próxima segunda-feira, às 10h, para deliberar sobre providências administrativas e judiciais que podem ser adotadas. Há a possibilidade do tribunal recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) para receber os recursos.

Na nota, a linha de raciocínio do TJPE é de que o Executivo vem desrespeitando a autonomia do Judiciário. O texto declara que a atitude do governo é "comportamento reprovável nunca antes vivenciado em Pernambuco, que põe em risco o Estado Democrático de Direito".

Greve e resposta

Após assembleia realizada nesta quinta-feira, os servidores do Poder Judiciário decidiram entrar em greve a partir da próxima segunda-feira. Na quarta-feira, haverá um protesto da categoria em direção ao Palácio do Campo das Princesas.

O governo estadual se manifestou por meio de uma nota enviada pela assessoria de comunicação do governador. Nela, a administração socialista ressalta que "respeita a autonomia dos Poderes estabelecidos pela Constituição Federal, com os quais mantém uma relação de esforço mútuo para a construção de uma sociedade mais justa e solidária".

Ainda segundo o documento, o governo do Estado não fez nenhum corte no orçamento do Poder Judiciário e que o repasse do duodécimo mensal do Poder Judiciário vem ocorrendo normalmente e sem cortes.

Assunto: Estado reafirma que não promoveu cortes no orçamento do Judiciário	
Veículo: Blog da Folha	Data: 13/04/2015
Editoria:	Seção:



GOVERNO PAULO CÂMARA

Estado reafirma que não promoveu cortes no orçamento do Judiciário

O Governo do Estado divulgou, nesta sexta-feira (10), uma nova nota oficial na qual reafirma que não existiram cortes nos recursos repassados ao Poder Judiciário. De acordo com o texto, a crise econômica e financeira nacional tem afetado as operações de crédito que seriam realizadas pelo Governo do Estado, mas que, apesar disso, a administração estadual reafirma que o repasse do duodécimo mensal ao Judiciário vem ocorrendo normalmente, de acordo com os valores estabelecidos pela Lei Orçamentária para o exercício de 2015.

Confira, abaixo, a nota do Governo do Estado na íntegra:

NOTA OFICIAL

O Governo do Estado de Pernambuco reafirma que não existiu nenhum corte nos recursos repassados ao Poder Judiciário. Fazem-se necessários alguns esclarecimentos às pernambucanas e aos pernambucanos.

Para o exercício de 2015, a Lei Orçamentária, aprovada em 2014, previa que R\$ 1,8 bilhão viria de operações de crédito que seriam realizadas pelo Governo do Estado. Neste valor, estão incluídos recursos para o Poder Judiciário, exclusivos para investimentos, não podendo ser utilizado para outro fim.

Essas operações de crédito dependem de autorização do Governo Federal. No entanto, como é de conhecimento público, por causa da crise econômica e financeira nacional, esta necessária autorização não foi concedida ainda a nenhum Estado da Federação. Sendo assim, até a definição de uma mudança de orientação por parte da equipe econômica do Governo Federal, inexistem os recursos na fonte de operações de créditos, que possam ser utilizados pelo Governo do Estado.

O Governo reafirma que o repasse do duodécimo mensal do Poder Judiciário vem ocorrendo normalmente – sem nenhum corte – todo dia 20 do mês, de acordo com os valores estabelecidos pela Lei Orçamentária para o exercício de 2015, aprovada pela Assembleia Legislativa de Pernambuco em 2014. Por isso, que o novo pleito do Poder Judiciário apresentado em janeiro deste ano, para ampliação dos valores envolvendo fontes próprias do Tesouro, não poderá ser atendido de imediato, diante do atual cenário econômico e financeiro.

Governo do Estado de Pernambuco

Assunto: II Semana Nacional do Júri começa nesta segunda	
Veículo: diariodepernambuco.com.br	Data: 13/04/2015
Editoria:	Seção:



II Semana Nacional do Júri começa nesta segunda

A II Semana Nacional do Júri tem início nesta segunda-feira. Para a mobilização, a unidade judiciária que mais agendou júris foi a 2ª Vara do Tribunal do Júri de Jaboatão dos Guararapes, com dez sessões marcadas. Os primeiros réus que serão julgados na Vara são Rubens Veríssimo da Silva e Liney Marilyn Lopes Ribeiro Horts pelo homicídio duplamente qualificado (por motivo fútil e à traição, emboscada ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa da vítima) de Alzenir da Silva Aureliano. O júri acontece a partir das 9h. O evento termina na próxima sexta-feira.

Segundo a denúncia do Ministério Público de Pernambuco, no dia 14 de novembro de 2004, por volta das 21h, na localidade denominada Estrada das Marinas, próximo a Marina Pôr do Sol, no bairro de Barra de Jangada, Rubens Veríssimo da Silva a mando de Liney Marilyn Lopes Ribeiro Horts, efetuou disparos de arma de fogo contra Alzenir da Silva Aureliano, causando a sua morte. Ainda de acordo com os autos, o delito teria ocorrido após uma discussão entre a vítima e Liney Lopes, em decorrência de ciúmes, havendo notícia da existência de um turbulento relacionamento amoroso entre as duas.

Mobilização – O Judiciário pernambucano foi o que mais agendou júris no país para a iniciativa. No total, estão programados 481 julgamentos no Estado. Instituída pelo CNJ e pela Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp), a Semana tem como proposta reforçar o combate ao crime em todo o país, julgando o maior número possível de homicídios dolosos. O objetivo é realizar ao menos uma sessão de Júri em cada dia da semana, levando em conta o acervo de cada unidade judiciária.

Para a realização da iniciativa, o TJPE firmou parcerias com o Ministério Público de Pernambuco e a Defensoria Pública do Estado. Atuarão no evento juízes de 1ª, 2ª e 3ª entrâncias, independente da área de atuação.

A expectativa do TJPE é repetir o sucesso alcançado pelo evento no ano passado. Em 2014, o Tribunal se destacou como a Corte que mais realizou julgamentos em todo o país ao promover 352 sessões de júri. Foram premiadas com o Selo Bronze pelo CNJ 50 varas, que realizaram juntas 237 sessões do Tribunal do Júri.

Assunto: Programas de acolhimento são alternativas para a redução de maioria penal	
Veículo: diariodepernambuco.com.br	Data: 13/04/2015
Editoria:	Seção:



Programas de acolhimento são alternativas para a redução de maioria penal

A PEC foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados na semana passada



Foto: Nando Chiappetta/DP/D.A Press

A família de Cleiton Melo, 16 anos, já não era mais a mesma. O irmão, dois anos mais velho, usava drogas. Os pais andavam desesperados com dívidas junto a traficantes. As discussões em casa eram frequentes. Um dia, Cleiton decidiu colocar fim à situação. Uniu-se a um colega para matar o homem que seria responsável pela dependência do parente, um traficante do bairro. Antes de executar o plano, foi surpreendido pela polícia com arma e munições. O fato aconteceu há dois anos.

Caso a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 171 para reduzir a maioria penal no Brasil de 18 anos para 16 anos já estivesse aprovada naquela época, Cleiton seria levado para uma unidade penal de adultos. Por decisão da Vara da Infância, terminou inserido no programa de Liberdade Assistida (LA). A medida socioeducativa é cumprida em casa e o jovem é acompanhado por uma equipe técnica até sua ressocialização, através de participação em cursos profissionalizantes e inserção escolar.

Hoje, Cleiton trabalha na Secretaria de Planejamento da Prefeitura do Recife. Assim como ele, cerca de 120 egressos da Funase e dos programas em meio aberto, como o LA e a Prestação de Serviço Comunitário (PSC), foram encaminhados, no ano passado, pelo

programa Trampolim, da Prefeitura do Recife, para entrevistas de emprego. Um total de 33 permanece como orientador de trânsito, operador de câmeras de segurança, em secretarias municipais e na empresa Parvi. Outros 15 não ficaram nos cargos por motivos variados. O Trampolim tem previsão de voltar a funcionar no segundo semestre.

Os programas em meio aberto aplicam-se a adolescentes autores de infrações menos graves. São uma das bandeiras de especialistas contrários à redução da maioridade penal. “Enquanto a reincidência nos presídios para adultos é de cerca de 50%, o índice é de 10% entre jovens em LA e PSC, ou seja, nove entre 10 jovens não voltam a praticar infrações. Se esses jovens forem mandados para a cadeia, a médio prazo a criminalidade vai, no mínimo, duplicar, já que o sistema não recupera nem a metade dos presos”, calcula o desembargador Luiz Carlos Figueiredo, com vasta experiência como juiz da infância e juventude e um dos colaboradores do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)

“A sociedade reclama com razão, mas não foca na causa do problema. Existe um projeto de lei interessante no congresso que mantém a lógica dos 18 anos ao mesmo tempo que propõe o aumento da pena de privação de liberdade para além de três anos quando adolescentes maiores de 16 anos praticarem infrações mais graves”, defende o magistrado.

Psicóloga junto a jovens em cumprimento de LA e PSC há quinze anos, Laura Buarque ressalta que, de forma geral, esses jovens são reflexo da falta de políticas públicas e transgridem como forma de protesto. “As medidas em meio aberto são a única forma que temos para refletir com o adolescente dentro de seu contexto social e familiar. Eles não podem ser vitimizados mais uma vez indo para presídios de adultos”, analisa.

A Prefeitura do Recife atende adolescentes em conflito com a lei encaminhados para cumprir medidas em meio aberto. “Hoje temos 670 adolescentes atendidos e capacidade para 800. Não temos mais demanda reprimida como no ano passado, pois contratamos equipe técnica e fizemos a chamada de concurso de 2013”, destacou Neves Santana, chefe de divisão dos Creas.

O promotor Marcelus Uggetti também é contra a redução da maioridade penal e, assim como Figueiredo, defende mais rigor na punição. “Em Pernambuco, 57,3% dos adolescentes que passaram pelas unidades fechadas da Funase passam a ser ‘clientes’ na cadeia quando adultos. O ideal seria separar menores com várias infrações de menores sem antecedentes. Esse modelo falido não resolve porque os adolescentes aprendem lá dentro com os mais experientes”, pontua.

O cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente e da Lei das Execuções Penais seria o caminho mais inteligente, na opinião do juiz Cícero Bittencourt. “Não sou favorável à redução da maioridade penal. Temos déficit de 20 mil vagas nos presídios e muitos presos passam do prazo até mesmo da condenação pelo crime que praticaram esperando para ser julgados”, raciocina.

Saiba mais

A PEC foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados

na semana passada

O documento ainda precisa passar por uma comissão especial na câmara e ser aprovada pelos deputados em plenário

Se isso acontecer, a PEC segue para votação no Senado

92,7% dos brasileiros são a favor da redução da maioria penal, segundo pesquisa realizada pelo Instituto CNT/MDA, em 2013

Jovens entre 16 e 18 anos são responsáveis por menos de 0,9% dos crimes praticados no país, segundo a Secretaria Nacional de Segurança Pública

Principais infrações dos adolescentes internados no Recife e no Cabo:

Roubo e tentativa de roubo: 41%

Homicídio e tentativa de homicídio: 27%

Tráfico e afins: 22%

Latrocínio: 3%

Fonte: Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE)

Assunto: TJPE promoverá 481 julgamentos durante a II Semana Nacional do Júri	
Veículo: folhape	Data: 13/04/2015
Editoria:	Seção:



TJPE promoverá 481 julgamentos durante a II Semana Nacional do Júri

Sessões ocorrerão em 135 comarcas. Estado terá o maior número de sessões

A II Semana Nacional do Júri, realizada da próxima segunda (13) até a sexta-feira (17), contará com 481 julgamentos em Pernambuco, número que põe o Estado que mais agendou júris para o período, segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Em seguida, vêm os tribunais da Bahia, com 365; Goiás, com 246; e Ceará, com 243.

Os 27 Tribunais de Justiça do País vão enviar 3.142 processos para julgamento. O número representa um aumento de 28% em relação aos 2.442 processos que foram levados a júri popular durante a mobilização nacional de 2014. Instituída pelo CNJ e pela Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp), a mobilização tem como proposta reforçar o combate ao crime em todo o Brasil, julgando o maior número possível de homicídios dolosos.

No Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), as sessões acontecem em 135 comarcas. Do total de júris agendados, 25% são de processos iniciados a partir de 2011. A unidade judiciária que mais agendou sessões foi a 2ª Vara do Tribunal do Júri de Jaboatão dos Guararapes, com dez casos. Em segundo lugar, ficou a Vara Criminal de Igarassu, com sete júris. Em terceiro, a Vara Única de Águas Belas, contabilizando seis sessões.

Assunto: Compesa tem até segunda para começar a realizar análise da qualidade da água	
Veículo: folhape	Data: 13/04/2015
Editoria:	Seção:



Compesa tem até segunda para começar a realizar análise da qualidade da água

Decisão prevê pagamento de multa diária de R\$ 3 mil por não cumprimento

A Companhia Pernambucana de Saneamento (Compesa) tem somente até a próxima segunda-feira (13) para cumprir a decisão do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), determinando que o órgão realize, entre outras medidas, a análise da qualidade da água nas estações de tratamento da Região Metropolitana do Recife. O motivo da liminar, solicitada pelo Ministério Público de Pernambuco, e concedida pelo juiz Tomás de Aquino Pereira de Araújo, da 4ª Vara Cível da Capital, se deu por conta da má qualidade da água. Caso não seja cumprido no prazo, a Compesa terá de pagar o valor de R\$ 3 mil de multa diária.

Ainda segundo a determinação do magistrado, a companhia também terá de reduzir em 10% a tarifa cobrada aos usuários de água da RMR. Além disso, o órgão também terá de apresentar mensalmente os autos das planilhas com os relatórios de controle da água; informar, nos autos, do laboratório da Compesa e de outros dois laboratórios da rede pública ou credenciada aptos para realizar as referidas análises; apresentar amostras de análises nos autos por um período de 12 meses; e adotar medidas concretas para tornar a água própria para consumo dentro dos padrões de potabilidade legalmente previstos.

De acordo o pedido do MPPE, foi instaurado na Promotoria de Justiça de Proteção e Defesa ao Consumidor o inquérito civil nº 052/2012 com a finalidade de apurar o não atendimento pela ré dos padrões mínimos de qualidade da água, onde ficou constatada a existência de coliformes totais e de escherichia coli, que causam contaminação da água ocasionando várias doenças aos usuários.

Assunto: TJPE declara ilegal greve dos guardas municipais de Jaboatão	
Veículo: NE10	Data: 13/04/2015
Editoria:	Seção:



TJPE declara ilegal greve dos guardas municipais de Jaboatão

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) declarou ilegal a greve dos guardas municipais de Jaboatão dos Guararapes, na Região Metropolitana do Recife (RMR). Desde a última sexta-feira (10), os guardas realizam apenas expediente interno, sem comparecer aos seus postos de trabalho, o que foi entendido como "estado de greve".

O TJPE determinou a volta imediata da categoria às suas atividades normais. De acordo com o procurador-geral do município, Henrique Leite, os guardas camuflam a greve como sendo uma "operação padrão", realizando apenas os trabalhos internos da função.

"Os guardas simplesmente foram conclamados pelo sindicato para não irem para seus postos de trabalho, e sim ficarem dentro da sede da gerência da guarda, como se estivessem trabalhando. Mas na verdade eles não estavam prestando serviço, porque o trabalho deles é no posto de trabalho, prestando segurança em escolas, postos de saúde e prédios da Prefeitura, por exemplo", disse Henrique Leite.

Caso a determinação de volta imediata ao trabalho seja descumprida, deverá ser paga uma multa de R\$ 10 mil por dia.

O procurador Henrique Leite salienta que a Prefeitura de Jaboatão continuará realizando negociações com a categoria por meio do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais do Jaboatão dos Guararapes (SINSMUJG), que estaria recomendando a paralisação.

Assunto: OAB-PE pede diálogo entre Judiciário e Executivo para solucionar impasse	
Veículo: JConline	Data: 13/04/2015
Editoria:	Seção:

jornal do commercio

OAB-PE pede diálogo entre Judiciário e Executivo para solucionar impasse

Presidente da entidade, Pedro Henrique Reynaldo, acredita que existam condições para se equacionar o impasse, mediante negociação conjunta



Apesar de reforçar sua preocupação com o Judiciário estadual, o presidente da OAB-PE acredita que TJPE e governo do Estado devem intensificar diálogo

Foto: Dayson Nunes/JC Imagem

Frente ao impasse entre Judiciário e Executivo estaduais, a Ordem dos Advogados do Brasil em Pernambuco (OAB-PE) se posicionou pedindo o apaziguamento dos poderes através de negociação. Também por meio de nota, divulgada na tarde desta sexta-feira (10), a entidade sublinha as dificuldades vividas pelo Tribunal de Justiça (TJPE) e seus servidores, mas ressalva que a crise nacional dificulta o alcance de metas fiscais por parte do governo.

Na última quinta-feira, o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) enviou uma nota à imprensa reclamando do Poder Executivo devido a um "corte expressivo" no orçamento do Poder Judiciário. Nos bastidores, a informação é de que o presidente do TJPE, desembargador Frederico Neves, está bastante insatisfeito com a postura do socialista, principalmente após a reunião que os dois tiveram ontem.

O governo estadual se manifestou por meio de uma nota enviada pela assessoria de comunicação do governador. Nela, a administração socialista ressalta que "respeita a a autonomia dos Poderes estabelecidos pela Constituição Federal, com os quais mantém uma relação de esforço mútuo para a construção de uma sociedade mais justa e solidária".

Ainda segundo o documento, o governo do Estado não fez nenhum corte no orçamento do Poder Judiciário e que o repasse do duodécimo mensal do Poder Judiciário vem ocorrendo normalmente e sem cortes.

Leia a nota da OAB-PE na íntegra:

A Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Pernambuco, através de sua diretoria e "ad referendum" do seu Conselho Estadual, vem a público se manifestar a respeito do impasse observado entre os serventuários da justiça estadual, em seu legítimo pleito de implantação de Plano de Cargos e Carreiras, e a direção do Tribunal de Justiça de Pernambuco, o que faz através da presente:

A valorização dos servidores do Poder Judiciário estadual é pressuposto essencial à boa prestação dos serviços jurisdicionais, se mostrando de grande importância a implantação de um Plano de Cargos e Carreiras, como forma de desenvolver e reter talentos profissionais em sua estrutura, que atualmente é menos atrativa do que outras congêneres, integrantes dos quadros funcionais do Ministério Público de Pernambuco, da Justiça e do Ministério Público Federais, do Tribunal Regional Federal, etc;

O atendimento das reivindicações dos servidores da justiça estadual não encontra amparo nas atuais disponibilidades orçamentárias do TJPE, previstas para despesas com pessoal, o que ensejou o movimento paredista iniciado há um mês pelo Sindicato e Associação dos Servidores, que vêm realizando paralisações de advertência por dois dias em cada semana;

O Poder Judiciário do Estado de Pernambuco, ao menos nos últimos 20 (vinte) anos, vem recebendo repasses orçamentários inferiores às suas necessidades institucionais e percentualmente menores quando comparados aos demais Tribunais estaduais do país; Por outro lado, não se há de ignorar o ambiente de crise que o país enfrenta no corrente ano, com inevitáveis reflexos na queda da atividade econômica e, conseqüentemente, na arrecadação tributária, dificultando o alcance das metas fiscais planejadas por todos os gestores públicos para este exercício;

Em tais circunstâncias, ganha especial relevância o dever que pesa sobre todos os gestores públicos de definir e concretizar suas prioridades de acordo com suas efetivas disponibilidades orçamentárias.

A despeito do cenário adverso, informações oficiais dão conta de que o Estado de Pernambuco, através do Poder Executivo, vem executando regularmente seu orçamento, inclusive, repassando os duodécimos devidos aos demais Poderes na forma prevista na lei orçamentária em vigor;

Neste contexto, a advocacia pernambucana recebeu com grande preocupação a nota divulgada ontem (09/04/2015) pelo TJPE, sobretudo, quando se refere à possibilidade de se solucionar a questão promovendo-se a desativação de Comarcas, ao lado da redução ou paralisação dos já deficitários serviços jurisdicionais.

Tais medidas significariam retrocesso inaceitável, por implicar severos prejuízos a toda a sociedade, que já padece com a histórica carência material e pessoal do Poder Judiciário, agravada, no momento, pelo movimento paredista dos servidores;

Desdobramentos dessa ordem, inadmissíveis por parte da sociedade civil e certamente indesejados por parte dos Poderes Públicos, precisam ser evitados e, para tanto, reclamam atitudes concretas e urgentes de todas as instituições diretamente envolvidas.

A partir de tratativas diretas com os Chefes do Poder Judiciário e do Poder Executivo de Pernambuco, o Presidente da OAB/PE constatou existirem condições para se equacionar o impasse, mediante negociação conjunta, a exigir, do lado do Judiciário, a perspectiva de lançar mão emergencialmente de recursos de fonte própria de receitas e, por parte do Executivo, a consideração de incrementar, já nos próximos exercícios, os recursos orçamentários relativos a despesas correntes do TJPE, além da transigência que o reconhecido espírito público dos servidores fará prevalecer;

A OAB/PE, ao tempo em que reafirma a confiança na postura responsável e republicana dos Poderes Públicos e dos serventuários da Justiça, conclama todos à intensificação do diálogo como único caminho para solucionar o impasse, colocando-se uma vez mais à disposição para contribuir da forma que se fizer necessária.

Assunto: TJPE e o governo de Pernambuco, uma briga histórica	
Veículo: JConline	Data: 13/04/2015
Editoria:	Seção:

jornal do commercio

TJPE e o governo de Pernambuco, uma briga histórica



MEMÓRIA Último conflito público entre Judiciário e Executivo estaduais ocorreu há 16 anos. Foto: Renato Spencer / Acervo JC Imagem

Choca esse confronto aberto, direto e por escrito entre o presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), Frederico Neves, e o governador Paulo Câmara (PSB). Foi um tom tão agressivo usado pelo TJPE que alguém disse, ao observar o cenário, que a marca de cem dias da gestão Paulo, surpreendentemente, teve o Judiciário no papel de principal força de oposição ao governo.

Não é uma leitura político-partidária, mas a respeito do peso institucional de ter o Judiciário em conflito declarado com o Executivo. Frederico Neves, por notas, expôs uma briga institucional no início da gestão de Paulo. Por mais que toda e qualquer crise uma hora acabe, que mais na frente esse episódio não tenha a mínima relevância, o TJPE fez história ao tornar público esse confronto do Judiciário com o Executivo de Pernambuco, o primeiro em 16 anos.

A última vez que um conflito dessa magnitude entre o governo e o TJPE ganhou a mídia foi em 1999, no início da gestão Jarbas Vasconcelos (PMDB), não à toa pelo mesmo motivo: dinheiro.

Jarbas assumiu o Estado com problemas de caixa, após o governo Miguel Arraes, e determinou uma redução do duodécimo, o repasse para o Judiciário. Como Frederico agora, o então presidente do TJPE, Etério Galvão, partiu para o confronto público. A diferença é que o duodécimo hoje está em dia, completinho. O Tribunal quer fazer obras. Sem aceitar um não.